



A narrativa securitária no espaço lusófono: alinhamento ou diferenciação face às dinâmicas securitizadoras internacionais?

The securitizing narrative in the Lusophone space: alignment or differentiation regarding the international securitization dynamic?

ANA PAULA BRANDÃO¹

Resumo

No pós-Guerra Fria generalizou-se o debate sobre a segurança, do qual resultou uma abordagem ampla do fenómeno, multiplicando-se as vozes em defesa da descentragem dos eixos estadual e político-militar paradigmáticos do Realismo. Neste contexto, foi clarividente o posicionamento crítico wæveriano sobre os críticos do Realismo ao alertar para a necessidade de analisar a segurança como um conceito intersubjetivo, socialmente construído, e de procurar perceber o porquê, o como e os efeitos do ato discursivo securitário, ultrapassando desta forma a emergente divisão entre 'tradicionalistas' e *wideners/deepeners*. A narrativa securitizadora internacional, intensificada pela resposta aos ataques de 11 de Setembro de 2001 e subsequentes, é indutora da clivagem Norte-Sul reconstruída em termos de segurança/insegurança: a 'periferia de instabilidade e insegurança' que, segundo o discurso, ameaça o 'centro de estabilidade e segurança'. Aplicando a *framework* teórica da Escola de Copenhaga, a presente comunicação propõe-se analisar o discurso dos países lusófonos no quadro da CPLP, tendo em vista verificar se estes reproduzem a tendência securitizadora internacional ou se constroem uma narrativa diferenciadora.

Palavras-Chave: Segurança; securitização; CPLP

Abstract

The widespread debate on security in the Post-Cold War era resulted in a comprehensive approach that questioned the statecentric and military insight of the Realist paradigm. In this context, it is worth mentioning the critical Wæverian stance about the critics of Realism: Ole Wæver claimed for the analysis of security as an intersubjective, socially constructed phenomenon, and the understand of the why, the how and the effect of the securitizing speech acts, transcending the emergent division between traditionalists and *wideners/deepeners*. The international securitizing narrative, intensified by the response to the 9/11 attacks, has induced a North-South divide reconstructed in terms of security/insecurity: the 'instable and insecure periphery' that threatens the 'stable and secure centre'. Applying the theoretical framework of the Copenhagen School, the paper analyses the discourse of the Lusophone states within the scope of the CPLP in order to verify whether they replicate the international securitization trend or construct a differentiating narrative.

Keywords: Security; securitization; CPLP

¹ Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, abrandao@eeg.uminho.pt

1. INTRODUÇÃO

A Escola de Copenhaga sobressai pelo seu contributo para os Estudos de Segurança graças à inovação teórica e epistemológica aplicada ao fenómeno da segurança, com patente europeia. É relevante o esforço europeu, inicialmente no seio do programa de investigação “Segurança Europeia” do *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), de teorizar sobre a segurança fora do quadro hegemónico norte-americano que pensava o fenómeno à luz das teorias das Relações Internacionais. O mérito é acrescido se considerarmos que, apesar da sua centralidade para as Relações Internacionais, o conceito de segurança foi, durante décadas, acriticamente utilizado por uma academia pautada por “falta de bibliografia conceptual” sobre o fenómeno (Buzan, 1991: 3-4).

Em contraste, nos anos noventa generalizou-se o debate sobre a segurança, do qual resultou uma abordagem holística (*comprehensive approach*), multiplicando-se as vozes em defesa da descentragem dos eixos estadual e político-militar paradigmáticos do Realismo. Neste contexto, foi clarividente o posicionamento (crítico) wæveriano sobre os críticos do Realismo ao alertar para a necessidade de analisar a segurança como um conceito intersubjetivo, socialmente construído, e de procurar perceber o porquê, o como e os efeitos do ato discursivo securitário, ultrapassando desta forma a (então) emergente clivagem entre ‘tradicionalistas’ e *wideners/deepeners*². Ainda que crítico dos limites da construção teórica da Escola de Copenhaga, Hoger Stritzel considera que a ideia de securitização é “um dos contributos mais importantes e controversos para um corpo vibrante de novas teorias da segurança” (Stritzel, 2007: 357).

A narrativa internacional do pós-Guerra Fria, intensificada pela resposta aos ataques de 11 de Setembro de 2001 e subsequentes, evidencia uma tendência securitizadora associada a dinâmicas co-constitutivas da designada *comprehensive approach*: alargamento (segurança multissectorial) e aprofundamento (segurança multinível), nexos securitários (interno-externo³, civil-militar, segurança-desenvolvimento⁴, pobreza-conflito, público-privado), internalização da segurança interna e internalização da segurança externa. Um dos efeitos da abordagem holística traduz-se na clivagem Norte-Sul reconstruída em termos de segurança/insegurança: a ‘periferia de instabilidade e insegurança’ (pobreza, conflito, fragilização estadual, nexos interameaçados) que, segundo o discurso, ameaça o ‘centro de estabilidade e segurança’.

Neste contexto, a presente comunicação propõe-se analisar a narrativa dos países lusófonos, no quadro da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), tendo em vista verificar se estes reproduzem a tendência securitizadora internacional de reconstrução da clivagem Norte-Sul em termos securitários, ou

² No pós-Guerra Fria generalizou-se o debate sobre a segurança, multiplicando-se as vozes críticas da abordagem realista centrada no ator estadual e no sector político-militar da segurança, defendendo o alargamento (segurança multissectorial) e aprofundamento (segurança multinível) concetuais com implicações para a formulação e implementação das políticas.

³ Vide Bigo, 2001.

⁴ Vide Klingebiel, 2006; Chadler, 2007.

se produzem uma narrativa de diferenciação configuradora de uma alternativa à *mainstream* internacional.

Porquê o espaço lusófono? Para lá da justificada necessidade de suprir uma lacuna do estudo empírico do fenómeno da securitização aplicado ao referido espaço (respondendo ao imperativo categórico da academia portuguesa investigar sobre o mesmo), este surge como um estudo de caso relevante no plano quer académico quer político ao incidir sobre um conjunto de Estados diferenciados (área geográfica, cultura de segurança, perceções de ameaça), incluindo Portugal enquanto estado-ponte “norte-sul” (país ocidental, membro da UE e da NATO, e país CPLP) e estado-aglutinador (“transatlantismo linguístico comum”) entre os membros da CPLP. Em 1995, o diplomata português António Monteiro afirmava que a CPLP poderia e deveria “constituir uma instância multilateral ‘sui generis’, com características próprias, inovadoras na cena internacional” (Monteiro, 1995: 50). Face a este repto, importa perceber se o espaço lusófono se tem diferenciado face a dinâmicas securitizadoras internacionais de clivagem e exclusão.

O estudo não pretende responder à pergunta “o que é” a segurança, privilegiando antes “o que diz”. Um segundo limite do estudo prende-se com o facto de analisar apenas o *securitizing move* nos termos definidos pela Escola de Copenhaga – “um discurso que assume a forma de apresentar algo como uma ameaça para um objeto referente” –, não contemplando indicadores relativos à aceitação (ou não) do *speech act* pelo público. De notar que “o assunto é securitizado apenas se e quando o público o aceita como tal” (Buzan, Wæver & Wilde, 1998: 25).

2. A NARRATIVA SECURITÁRIA INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA FRIA

No período imediato à “queda do muro”, e face ao vazio estratégico deixado pela implosão da União Soviética, a narrativa securitária internacional pautou-se pelo sublinhar da indefinição, da imprevisibilidade e da multidimensionalidade (fontes e setores) dos riscos e ameaças, em ambiente de mudança⁵.

Volvida mais de uma década, podemos identificar tendências, intensificadas pelos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001. Desde logo, a abordagem holística (*comprehensive approach*) da segurança: face a um ambiente complexo, difuso em termos de ameaças multissetoriais e atores (fontes de ameaça e provedores de segurança), sustenta-se uma perspetiva alargada do fenómeno securitário. Desta abordagem decorrem duas (sub)tendências: os nexos securitários; a proximidade da periferia insegura.

A narrativa dos nexos assenta na ideia da interdependência entre fenómenos – dois ou mais fenómenos que “se interligam e se reforçam mutuamente” (Ganzle, 2009: 11) – contrariando o racional de fronteira (*lato sensu*⁶) subjacente ao

⁵ “The Changing Context” (UN, 1992: 2).

⁶ Fronteira no sentido não apenas geográfico mas também político (separação concetual, operacional e orgânica entre áreas políticas).

paradigma realista. Assim, as ameaças são “dinâmicas” (Conselho Europeu, 2003: 6) e multidimensionais o que exige a coordenação interpóliticas na prevenção e combate às mesmas. O nexo é intensificado pela crescente transnacionalização das ameaças: “[D]o terrorismo às doenças globais ou à degradação ambiental, os desafios tornaram-se sobretudo transnacionais. Este é o atributo definidor da política mundial no século XXI” (United States, 2001: 361-362). Prolifera assim a narrativa dos *links* (segurança-desenvolvimento/ pobreza-conflito, migração-segurança, energia-ambiente-segurança, terrorismo-crime, terrorismo-proliferação⁷, civil-militar, segurança interna-externa, segurança pública-privada) entendidos como fenómenos interdependentes, fundidos ou em *continuum*, narrativa essa que culmina com a “interconexão de nexos”, bem ilustrada pelo discurso europeu relativo à região do Sahel:

Os problemas que o Sahel enfrenta afetam não só as populações locais como também têm um efeito direto crescente sobre os interesses dos cidadãos europeus. (...) O Sahel é uma das mais pobres regiões do mundo. Simultaneamente enfrenta os desafios da pobreza extrema, os efeitos da alteração climática, crises alimentares frequentes, crescimento demográfico acelerado, governação frágil, corrupção, tensões internas por resolver, risco de extremismo violento e radicalização, tráficos ilícitos e ameaças relacionadas com o terrorismo. (...) Poucas são as áreas em que a interdependência entre segurança e desenvolvimento seja mais clara. A fragilidade dos governos tem efeitos sobre a estabilidade da região e a capacidade para combater quer a pobreza quer as ameaças à segurança. A pobreza cria instabilidade a qual pode ter impacto ao nível de fluxos migratórios descontrolados. A ameaça à segurança criada pela atividade terrorista da Al'Qaeda no Magrebe (AQIM), a qual encontrou no norte do Mali um santuário, está centrada em alvos ocidentais, tendo passado da extorsão de dinheiro à destruição da vida, desencorajando o investimento na região. (European Union External Action Service, s./d.: 1)

Distanciada a possibilidade de ameaças clássicas de fonte e alvo estadual de proximidade geográfica, leia-se a agressão por parte de um Estado vizinho, as lideranças ocidentais reconstróem o discurso securitário assente na proximidade globalizada de um periferia insegura e imprevisível. A preocupação centra-se na externalização dos efeitos da conflitualidade interna, no limite traduzida na ‘proximidade’ da insegurança geograficamente distante e/ou na ameaça de uma periferia instável:

Today, even remote conflicts can pose security and developmental concerns far beyond States' borders. This new recognition gives international peace and security a wider meaning, call for measures that can further development even during conflict, and indicates that development, when successfully pursued, is another way to define peace. (United Nations, 1994: 9)

Trata-se de uma periferia particularmente vulnerável, pois, como foi realçado pelo Relatório do Banco Mundial de 2000/2001, elaborado com base nos resultados

⁷ Ilustrativo deste nexo é o estudo elaborado, em 2002, pela Divisão de Investigação Federal da Biblioteca do Congresso, *The Nexus among Terrorists, Narcotics Traffickers, Weapons Proliferators, and Organized Crime Networks in Western Europe*, disponível em: http://www.loc.gov/rr/frd/pdf-files/WestEurope_NEXUS.pdf.

do projeto “Vozes dos Pobres”⁸, os efeitos das crises macroeconómicas, dos desastres naturais e das guerras civis, são particularmente devastadores para os mais pobres (World Bank, 1999: 19). A ideia de periferia instável é ainda reforçada pelo nexos interameaças:

Development and security are inextricably linked. A more secure world is only possible if poor countries are given a real chance to develop. Extreme poverty and infectious diseases threaten many people directly, but they also provide a fertile breeding-ground for other threats, including civil conflict. Even people in rich countries will be more secure if their Governments help poor countries to defeat poverty and disease by meeting the Millennium Development Goals. (United Nations, 2004: viii)

A terminologia é rica em categorizações (não consensualizadas): Estados falhados, Estados fracos, Estados frágeis, Estados em crise, Estados colapsados, Estados vulneráveis, Estados inefetivos. Também se diversificam os esforços no sentido de quantificar o fenómeno⁹, bem como de identificar as causas profundas (*root causes*) do mesmo:

The sources of conflict and war are pervasive and deep. To reach them will require our utmost effort to enhance respect for human rights and fundamental freedoms, to promote sustainable economic and social development for wider prosperity, to alleviate distress and to curtail the existence and use of massively destructive weapons. (United Nations, 1992: 2)

Neste contexto, sustenta-se que as Nações Unidas devem ter informação sobre as tendências socioeconómicas e políticas suscetíveis de potenciar “tensões perigosas” e de “ameaçar a segurança e paz internacional” (United Nations, 1992: 6-7).

Em suma, a narrativa internacional reconstrói a clivagem Norte-Sul, antes assente no vetor económico (desenvolvimento/subdesenvolvimento), em termos de segurança/insegurança: a ‘periferia de instabilidade e insegurança’ (pobreza, conflito, fragilização estadual, nexos interameaças) que, segundo o discurso, ameaça o ‘centro de estabilidade e segurança’. Essa reconstrução no âmbito da *comprehensive approach* resulta do cruzamento de nexos securitários co-constitutivos: (in)segurança interna/externa (externalização da insegurança interna/internalização da insegurança externa), (in)segurança-(sub)desenvolvimento, conflito/pobreza.

4. A NARRATIVA SECURITÁRIA NO ÂMBITO DA CPLP: ALINHAMENTO OU DIFERENCIAÇÃO?

A Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, criada em 17 de julho de 1996, tem por objetivos a concertação político-diplomática, a promoção e difusão

⁸ O projeto *Voices of the Poor* resultou na publicação de três livros (Can Anyone Hear Us?; Crying Out for Change; From Many Lands) que apresentam as experiências de mais de 60 000 pessoas de diferentes países.

⁹ George Mason University State Fragility Index, Failed States Index (FSI) do Fund for Peace, Index of State Weakness do Brookings Institution, Fragile States Index do World Bank-African Development Bank-Asian Development Bank, Failed and Fragile States project - Country Indicators for Foreign Policy do Governo do Canadá em parceria com a Carleton University, Political Instability Task Force, antes State Failure Task Force, criada pela CIA.

da língua portuguesa, e a cooperação em todos os domínios, incluindo os da defesa e da segurança pública (artigo 3º dos Estatutos da CPLP).

A área da segurança (*lato sensu*) não foi contemplada, em 1996, nos Estatutos da organização. Por iniciativa de Portugal, realizou-se em 1998, a primeira Reunião de Ministros da Defesa. Na terceira Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Maputo, foi assinada uma declaração conjunta sobre “Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização” na qual os Chefes de Estado e de Governo se comprometiam a assumir “a responsabilidade comum na defesa dos valores e dos objectivos comuns no que concerne ao respeito e à segurança entre as nações” (CPLP, 2000: 1). No ano seguinte, os Ministros, reunidos em Assembleia Ordinária, em São Tomé e Príncipe, decidiram consagrar essa dimensão cooperativa como um dos objetivos da Organização Internacional do espaço lusófono. A alteração dos Estatutos seria aprovada em 2002, no âmbito da quarta Conferência de Chefes de Estado e de Governo (CPLP, 2002). Desde então, multiplicaram-se os espaços e instrumentos de cooperação no domínio da defesa¹⁰, incluindo as reuniões ministeriais setoriais.

Mais tardio foi o lançamento da cooperação no domínio da segurança interna, com a realização do primeiro Fórum ministerial (setorial), em 2008. Até à presente data, tiveram lugar apenas dois encontros (Lisboa, 2008; Luanda, 2011). A cooperação em matéria de segurança e ordem pública, migração e fronteiras, e proteção civil são consideradas áreas prioritárias “por serem eixos estratégicos para a manutenção da paz, da estabilidade e do respectivo desenvolvimento” (CPLP, 2011: 3). Desta cooperação resultou a aprovação da “Carta Constitutiva da Plataforma dos Países de Expressão Portuguesa em Matéria de Redução de Risco e Desastres” e do “Protocolo de Cooperação no domínio de Segurança Pública”, bem como a criação da Comissão especializada em matéria de Luta Contra a Imigração Ilegal e o Tráfico de Seres Humanos, do Conselho dos Diretores dos Serviços Prisionais e da Comissão especializada em matéria de Investigação Criminal da CPLP.

Nas declarações das reuniões ao mais alto nível, os líderes lusófonos expressam a sua preocupação face às “novas ameaças”, multifacetadas (CPLP, 2003: 2), assimétricas e difusas (CPLP, 2012b: 15), que se interligam em ambiente de “crescente complexidade”. Mas especificamente, são mencionadas as grandes endemias, a recessão económica, a insegurança alimentar¹¹, o terrorismo internacional¹², o crime organizado transnacional, o tráfico de drogas, armas e pessoas, a pirataria e as migrações ilegais.

A referência à globalização surge associada quer a dimensão transnacional das ameaças quer à cooperação setorial. No que respeita às ameaças, afirma-se a

¹⁰ De destacar: as reuniões dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas; as reuniões dos Diretores Gerais de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED); as reuniões dos Diretores dos Serviços de Informações Militares (DSIM); o Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP (SPAD); o Fórum de Defesa da CPLP; o Centro de Análise Estratégicas para Assuntos de Defesa da CPLP (CAE/CPLP); Programa Integrado Exercício Militares, incluindo os exercícios Militares da Série “Felino”; Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa (PCDD); Programa Integrado de Intercâmbio no domínio da Formação Militar.

¹¹ Vide CPLP 2012a.

¹² Na reunião setorial de 2004, em Guiné Bissau, “foram debatidos os grandes desafios que se colocam aos Países da CPLP no domínio Global da Segurança e Defesa, com especial incidência nas ameaças terroristas, apelando-se para o papel da CPLP, nos estudos e análises deste fenómeno em toda a sua dimensão” (CPLP, 2004: 3).

imprescindibilidade da cooperação lusófona “para lidar com o carácter transnacional” das mesmas (CPLP, 2007a: 6). Relativamente à cooperação técnico-militar defende-se o alargamento da “cooperação bilateral a um novo conceito de globalização” (CPLP, 1998: 2) através da multilateralização assente em forças multinacionais (CPLP, 1999: 3-4). Assim, a primeira reunião dos Ministros da Defesa “identificou novas áreas de cooperação a serem concretizadas numa perspectiva globalizante, nomeadamente a preparação e o treino de unidades militares adequadas para participação em operações humanitárias e de manutenção de paz” (CPLP, 1998: 2).

A dimensão regional está fortemente presente no discurso em duas componentes prioritárias: prevenção de conflitos e gestão de crises; segurança marítima. A prevenção de conflitos tem sobretudo privilegiado a via diplomática (Missões de Observação, Grupos de Contacto). Ao nível da gestão de crises foi adoptado um conceito alargado aplicado quer “a catástrofes naturais e ambientais” quer “a acções violentas no quadro do terrorismo, da criminalidade organizada, máfias, etc.” (CPLP, 2003: 8)

A cooperação ministerial no domínio dos oceanos tem como fórum privilegiado o Simpósio das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. No último encontro¹³, “as Marinhas procuraram encontrar estratégias para intensificar a cooperação e garantir a segurança marítima dos Estados-membros da CPLP e recomendaram que os países devem apresentar uma proposta consensual de monitoramento e controlo do tráfego marítimo nas suas águas jurisdicionais” (CPLP, 2012b: 14). De referir ainda a preocupação com “a delimitação da extensão da Área’ no Atlântico Sul”, face a iniciativas no Atlântico Norte, protegendo a área “da interferência de potências exógenas” atraídas pelo seu “imenso potencial” (CPLP, 2010, in Bernardino 2011: 162), através da “cooperação multilateral no controlo e vigilância das águas territoriais e fiscalização dos recursos na zona económica exclusiva dos vários países” (CPLP, 2003: 6).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstrução da narrativa securitária no pós-Guerra Fria pautou-se, numa primeira fase, pela ênfase na imprevisibilidade de um ambiente em mutação, complexo e difuso, face a ameaças multidimensionais e dinâmicas, de fonte nem sempre identificada. Gradualmente, o discurso foi consolidando constantes legitimadoras da elaboração e implementação de políticas resultantes da designada *comprehensive approach*: ameaças multissetoriais, profusão de atores (fontes de ameaça e provedores de segurança), nexos securitários, em ambiente globalizado. Um dos efeitos da securitização associada aos nexos securitários, e mais especificamente ao cruzamento dos nexos segurança interna-externa e (in)segurança-(sub)desenvolvimento, traduz-se na reconstrução da clivagem norte-sul em termos de um centro seguro e maduro ameaçado por um periferia instável e frágil.

¹³ O IV Simpósio terá lugar em 2014, em Cabo Verde.

Neste contexto, os países de língua oficial portuguesa, organizados num espaço multilateral institucionalizado, reproduzem algumas das componentes da narrativa internacional, designadamente no que respeita à abordagem holística, em ambiente globalizado. A este nível, e considerando a natureza cooperativa da CPLP, merece destacar, pela contradição dos termos, a inclusão das migrações no discurso securitizador. A narrativa lusófona é no entanto diferenciadora ao ser omissa relativamente à oposição entre um centro seguro e uma periferia instável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VV (2011) 'Comunidade de Países de Língua Portuguesa festeja 15 Anos' *CPLP Revista* 0: 5-22.
- Bernardino, L. & Leal, J. S. (2011) *A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Cadernos IDN 6, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Bigo, D. (2001) 'The Möbius Ribbon of Internal and External Security (ies)' in Mathis, A. et al. (eds.) (2001) *Identities, Borders and Orders: Rethinking International Relations Theory*, Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 91-116.
- Buzan, B. (1991) *Peoples, State and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*, New York: Harvester Wheatsheaf.
- Buzan, B., Wæver, O. & Wilde, J. (1998) *Security: A New Framework for Analysis*, Boulder-CO: Lynne Rienner Publishers.
- Conselho Europeu (2003), 'Uma Europa Segura num Mundo Melhor: Estratégia Europeia em Matéria de Segurança'. <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>.
- CPLP (1998) 'Iª Reunião dos Ministros da Defesa - Declaração de Lisboa'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>.
- CPLP (1999) 'IIª Reunião dos Ministros da Defesa - Declaração da Praia'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>.
- CPLP (2000) 'Declaração Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização'. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=159>.
- CPLP (2002) 'Declaração sobre a Revisão dos Estatutos da CPLP'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=160>.
- CPLP (2003) 'VIª Reunião dos Ministros da Defesa - Declaração de São Tomé'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>.
- CPLP (2007a) "Os Desafios da Segurança e a Cooperação", *Notícias CPLP*, 1: 6. <http://www.cplp.org/id-111.aspx>.
- CPLP (2007b) 'Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007)'. <http://www.parlamento.pt/Documents/IIAPCPLP/EstatutosCPLPREVLIS07.pdf>.
- CPLP (2008a) 'I Fórum de Ministros da Administração Interna – Declaração de Lisboa'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=360>.

- CPLP (2008b) 'X Reunião dos Ministros da Defesa - Declaração de Díli'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>.
- CPLP (2010) 'XII Reunião dos Ministros da Defesa - Declaração de Brasília' in Bernardino, L. & Leal, J. S. (2011).
- CPLP (2011) 'II Fórum de Ministros da Administração Interna – Declaração de Luanda'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=360>.
- CPLP (2012a) 'Declaração sobre a CPLP e os Desafios de Segurança Alimentar e Nutricional'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=316&Action=1&NewsId=2193&M=NewsV2&PID=304>.
- CPLP (2012b) 'CPLP reforça Prevenção das Ameaças', *CPLP Revista*, 1: 15.
- Chadler, D. (2007) 'The Security–development Nexus and the Rise of 'Anti-foreign Policy'', *Journal of International Relations and Development* 10: 362–386.
- European Union External Action Service (n.d) 'Strategy for Security and Development in the Sahel'. Disponível em: http://www.eeas.europa.eu/africa/docs/sahel_strategy_en.pdf.
- Gänzle, S. (2009) Coping with the 'Security-Development Nexus': The European Community's Instrument for Stability - Rationale and Potential, D.I.E. Studies, Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik.
- Klingebiel, S. (ed.) (2006) New Interfaces between Security and Development, D.I.E. Studies 13, Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik.
- Monteiro, A. (1995) 'A Comunidade de Países de Língua Portuguesa', *Nação e Defesa*, 74: 48-62.
- Stritzel, H. (2007) 'Towards a Theory of Securitization: Copenhagen and Beyond', *European Journal of International Relations*, 13: 357-383.
- United Nations (1992) 'An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping: Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992(A/47/277 - S/24111)'. http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/47/277.
- United Nations (2004) 'A More Secure World: Our Shared Responsibility: Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change'. http://iis-db.stanford.edu/pubs/20806/A_More_Secure_World_.pdf.
- United States (2001) 'National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States: The 9/11 Commission Report'. 2004. <http://www.9-11commission.gov/report/911Report.pdf>.
- World Bank (1999) 'World Development Report 2000/1: Attacking Poverty - Approach and Outline'. <http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/WDR/approuTL.pdf>.